

O dever de prestar contas

Carlos Eduardo Lins da Silva ●

Uma das palavras da língua inglesa de mais difícil tradução é *accountability*. Os melhores dicionários dizem que é “responsabilidade”. Mas não há um termo individual no português que represente o mesmo sentido da palavra inglesa. Uma expressão se aproxima um pouco mais dele: “dever de prestar contas”. Mesmo assim, isso ainda não é suficiente.

Sociedades como a brasileira, em que pessoas poderosas não tiveram, por gerações e gerações, de dar satisfação a ninguém por seus atos, não constroem a noção de que cidadãos têm direitos e também responsabilidades, de que todos são *accountable*.

A reportagem de capa desta edição menciona uma tese de mestrado do ano passado defendida na Unesp de Marília sobre o aperfeiçoamento de mecanismos de controle social da Polícia Militar de São Paulo, ou seja, “órgãos e instâncias encarregados de fiscalizar a atividade das polícias, a fim de assegurar que ela esteja associada a princípios como transparência e responsabilidade”.

A polícia, como qualquer instituição pública ou privada, é *accountable*: tem obrigação de prestar contas à sociedade, que é quem paga todos os salários ou por meio de impostos ou do custo de produtos e serviços. Mas, a exemplo de diversas outras corporações, a polícia também tem um histórico no Brasil de não dar satisfação de seus atos e de proteger com elevado espírito de corpo quando alguns de seus integrantes são pegos em flagrante.

Como em várias outras áreas, também na

da segurança pública tem havido no Brasil significativo avanço na direção de elevar-se o sentido de que o público tem direito de saber o que se faz com seu dinheiro.

É um longo, complexo e contraditório processo na terra do “sabe com quem está falando?”, na qual qualquer pessoa investida de alguma autoridade ou pertencente a famílias endinheiradas nunca se sentiu na condição de ser cobrada pela comunidade.

Mais do que produtores de sabonetes, os **produtores de informação** prestam um serviço público e, por isso, **devem mais conta** de seus atos ao **público** que outras empresas

Ou em que as empresas que prestam serviços públicos – estatais ou particulares – tampouco se sentem comprometidas com o bem-estar de seus clientes, que as mantêm, como sabemos todos os consumidores que tentamos recorrer a SACs (quando estes existem).

Os veículos de comunicação fazem parte dessa malfadada tradição. Há apenas um entre os grandes, por exemplo, que mantém a instituição do ombudsman para que sua audiência tenha um canal disponível para poder encaminhar suas queixas e insatisfações.

Recentemente, a Associação Nacional dos Jornais tomou corajosa decisão de

dar início à instituição de um sistema de autorregulação a ser seguido por seus associados. É pouco, mas é alguma coisa.

A comunicação é uma indústria como outra qualquer no que diz respeito aos fundamentos econômicos, mas substancialmente diferente das demais por conta do produto que vende (informação). Mais do que produtores de sabonetes ou dentífricos (que também são *accountable*), os produtores de informação prestam um serviço público e, por isso, devem mais conta de seus atos ao público que as outras.

Para bem exercer seu trabalho, os veículos de comunicação precisam ter garantida sua total liberdade, como, aliás, assegura a Constituição de 1988. Embora o Estado não possa de modo nenhum tentar controlar a imprensa, a sociedade pode e deve fazê-lo (e, em última instância, sempre o faz porque o meio de comunicação que perde credibilidade perde junto sua receita).

Mas, embora o público seja o senhor do destino de todos os veículos de comunicação, estes precisam se tornar mais acessíveis, transparentes, abertos a sua audiência, por meio de mecanismos como o do ombudsman e outros.

Se o fizerem, eles estarão seguramente se melhorando, ajudando a melhorar a nação como um todo e se fortalecendo do ponto de vista político e moral para exigir que outras instituições também procedam assim.

Carlos Eduardo Lins da Silva é livre-docente e doutor em Comunicação pela USP e mestre pela Universidade Estadual de Michigan. É presidente do Conselho Acadêmico do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais da Unesp, editor da revista *Política Externa* e diretor do Espaço Educacional Educare.